

# UNIÃO FIRME EM TÓRNO DO PRESIDENTE...

(Conclusão da 1.ª pág.)  
ria. Roma, militarmente vencida, impôs a força do seu gênio ao grande cartaginense e desbaratou as suas hostes.

A grande tarefa é, assim, a reafirmação da revolução, que irá ocorrendo à medida em que se evidenciar realizadora, no sentido dos interesses da Pátria e do povo. E' missão árdua, a longo prazo, admitindo-se não só as dificuldades herdadas do desgoverno passado como, ainda, a crise de valores que avassala este País no campo político. Crise até de mediocridades.

O grande problema, dentro da reafirmação do movimento revolucionário, é simultaneamente político e administrativo. Nenhuma afirmação política será suficiente, senão estiver acompanhada de uma ação administrativa eficaz.

Exatamente por isso venho proclamando que a hora é de trabalhar. Sem administração, sem retomada do desenvolvimento econômico e social, as afirmações políticas perderão sua razão de ser. E a revolução não se afirmará aos olhos do povo que espera, que aguarda uma nova era.

Como fiel dessa nova era temos a figura de um líder de imensa projeção, de rara sensibilidade, de elevada objetividade: o Presidente Castelo Branco que, como militar de estado maior, está acostumado a planejar, a medir as forças mobilizadas e as que a elas se antepõem.

E' uma garantia completa para nosso país ter no governo um homem como o Presidente Castelo Branco, que conta com o apoio das Forças Armadas e com o das principais forças políticas e populares do país. Essa garantia é tanto maior por ser o presidente um estadista nato, consciente de seus deveres, estudioso de nossos problemas e que não se deixa influenciar e nem se desvia do rumo que traçou após cuidadoso estudo e meditação.

Vejo com otimismo, volto a dizer, a ação do governo Castelo Branco. De minha parte, formulei várias críticas, especialmente a decisões econômicas e financeiras. Foram críticas construtivas, reparos a decisões às quais, reafirmo, sem a "vigilância" humana que não pode faltar, especialmente na administração de uma nacionalidade.

Continuo, da mesma forma, declarando não acreditar em um planejamento rígido, menos ainda quando em sua elaboração não foram ouvidos outros administradores estatais e os mais diferentes setores da iniciativa privada.

Prossigo afirmando que o desenvolvimento deve promover-se não à custa, mas em benefício do povo. E não é bem isso o que estamos vendo, pois as dificuldades populares aumentam, em vez de reduzirem-se, restringindo o apoio popular à revolução. Faço minhas as palavras do ilustre senador Men de Sá: o custo da vida teria subido de mais de quarenta por cento em oito meses, em vez que setenta por cento, se não tivesse havido a revolução. E' certo. Estou de acordo, mas apenas em parte.

E apenas em parte porque não devemos nos iludir, fazendo com-

parações como essa a que me referi. Todos vós sabeis que o aumento constante do custo de vida era parte dos próprios planos da subversão comunista. O que se pretendia era levar o povo a uma situação de tamanho desespero que perdesse a fé nas nossas instituições democráticas. Quando a carestia se traduzisse em aumentos mensais de quinta a vinte por cento, surgiria o clima necessário ao golpe comunizante, que nos amarraria ao comunismo internacional. Nessas condições, não havia do Governo deposto qualquer preocupação de conter os preços. A intenção era, ao contrário, torná-los cada vez mais altos, fazendo com que agravassem a inflação e abrissem caminho à subversão.

Antes o desgoverno era completo. Hoje, não. Exatamente por isso não se justifica tal comparação. O que deve preocupar-nos é continuar a luta para reduzir a elevação do custo de vida, que é ainda alarmantemente alto, de oito a dez por cento considerando-se os artigos essenciais à alimentação e ao lar.

Quero dizer ainda que precisamos, urgentemente, estimular todas as atividades reprodutivas, isto é, darmos novo impulso à industrialização do País. Só assim poderemos ampliar os limites do mercado de trabalho, contribuindo para que cresça a renda per capita nacional. Nesse setor, são numerosas as queixas dos empresários. Lamento confirmar que são queixas fundadas. Ameaçamos a possibilidade de uma retração industrial e qualquer parada na marcha de nossa industrialização, afirmo, poderá liquidar rapidamente toda a política governamental de atenuar a inflação.

Minha grande preocupação em São Paulo tem sido a de manter vivo diálogo com as classes produtoras, descobrindo-lhes as reivindicações, ajudando-as na medida do possível pois, sem o seu trabalho, malogrará o desenvolvimento. Felizmente, acabamos de sair do racionamento da energia elétrica. Poderemos agora fornecer mais força à indústria paulista. A esse respeito, posso dizer que de março a outubro houve um aumento de 12,5% na energia distribuída para fins industriais. Até o fim do ano, com o fim do racionamento, acredito que o consumo industrial de força e luz registrará aumento superior a 20% em relação ao mês de março.

Em outras palavras, isso significa que não houve paralização do parque industrial paulista. Retomamos, de fato, os caminhos do desenvolvimento, mas esse avanço poderia ser bem maior.

Em São Paulo, felizmente, tivemos um inusitado crescimento nas regiões rurais. Em parte, como decorrência das obras realizadas pelo Governo no campo das rodovias, ferrovias, hidroelétricas, silagem e armazenagem, etc. Em outra parte pelo apoio do Governo às atividades agrícolas, particularmente gêneros de primeira necessidade e produtos de exportação. Esse ritmo de trabalho que domina São Paulo é uma garantia para todo o País, pois desejamos somar nossos esforços aos do Governo Federal, em prol da retomada e da aceleração do ritmo de nosso desenvolvimento econômico.

Trabalhar, administrar, criar condições para que cresça a produção rural e urbana, tem de ser a grande preocupação dos governantes, em qualquer escalão. Não devemos jamais recuar a formação de excedentes: estes, no Brasil, quando ocorrem, são sempre temporários. Entre nós, Nação em desenvolvimento, a norma é a escassez e esta, na minha opinião, deve ser combatida a qualquer preço.

O importante é somar, é abrir caminhos novos ao desenvolvimento, é reintegrar as populações marginais à produção. Só assim venceremos a batalha contra a fome; só assim criaremos condições internas de consumo. Na verdade, podemos dizer que a grandeza de uma nação se mede pela capacidade de consumo de seu povo. E é isso o que falta a grande áreas do Brasil.

Sem isso não estaremos cuidando da dignificação do homem, que é um dos postulados cristãos, porque sempre me bati e em São Paulo procuro realizar, apoiando no plano de desenvolvimento integrado, que prevê verbas de 1,5 trilhões de cruzeiros para aplicação até 1966.

São Paulo defendeu e defenderá a democracia, que se exprime hoje pela preocupação de levar a revolução a completar seus objetivos. São Paulo defende a necessidade de ordem e de paz, pois uma e outra são indispensáveis ao trabalho de reconstrução nacional.

Poderíamos dizer que são maus brasileiros aqueles que procuram manter acessas as discordias, que procuram estimular as divisões, que procuram criar e avivar crises, atrás do que se esconde sempre o desejo de retardar o início efetivo de reconstrução nacional.

Neste momento, às vésperas do Natal e do Ano Novo, volto a apelar para uma união firme, em torno do Presidente Castelo Branco, a fim de que o país se reencontre, sem maior perda de tempo, e se dedique, como um todo, às tarefas do desenvolvimento.

Há um ano, apesar dos augúrios desfavoráveis, declarei-vos ser inabalável minha fé num porvir promissor para a nacionalidade. Disse que podiam atirar achas de lenha à fogueira das convulsões sociais ou acirrar paixões e fomentar ódios. O Brasil, afirmo, sobreviverá, pois a perenidade democrática é predestinação histórica, é vontade soberana do povo.

Estava certo, apesar das ameaças sombrias que nos rondava. Hoje, são diversas as condições. E assim com maior razão dirijo-me aos homens da imprensa, exprimindo-lhes o meu otimismo, a minha confiança nos destinos de nossa terra.

Eu creio no Brasil!  
A todos vós, que viestes de vários Estados irmãos, deixando as vossas redações ou os vossos microfones, os meus melhores e mais efusivos agradecimentos.

Desejo-vos um Natal Feliz no aconchego de vossas famílias e um 1965 cheio de ventura e de bonança.

E vos reitero:  
— Eu creio no Brasil!"

## IMPrensa OFICIAL DO ESTADO DIÁRIO OFICIAL

RUA DA GLÓRIA N. 358 — SÃO PAULO

Diretor: Wanduyc Freitas  
Gerente: Gabriel Greco  
Diretor de Redação Substituto: Albino Guimarães Amaral

Telefones	
Diretoria . . . . .	86-2539
Gerência . . . . .	86-2752
Contadoria . . . . .	86-2764
Secção do Pessoal	86-6183
Tesouraria, Publicações . . . . .	86-2684
Redação . . . . .	84-5810
Expediente . . . . .	86-7931
Revisão, Imprensa e Manutenção . . . . .	36-6184
Assinaturas e Arquivo . . . . .	36-2724
Oficinas: de Obras . . . . .	36-2598
do Jornal . . . . .	36-2552
Material . . . . .	36-2587

Venda avulsa  
NÚMERO DO DIA . . . . . Cr\$ 50,00  
NÚMERO ATRASADO de ano corrente . . Cr\$ 65,00

Assinaturas	
"Diário do Executivo"	"Diário da Justiça"
Anual . . . . .	6.000,00
Semestral . . . . .	2.000,00
Anual . . . . .	5.000,00
Semestral . . . . .	2.500,00

As assinaturas podem ser tomadas em qualquer data e os prazos de 1 ano ou 6 meses são contados do dia imediato ao que constar do recibo.

Os funcionários públicos gozarão de desconto de 30% — mediante apresentação de comprovante, que é isento de selo e de reconhecimento de firma — assinado por autoridade competente.

Para a compra de impressos em geral, coleções de Leis e Decretos, Folhetos, Separatas, Jornais atrasados, etc., e para consulta de coleções e jornais:  
**RUA DA GLÓRIA N. 346**

## De grande importância para o...

(Conclusão da 1.ª pág.)  
brasileiros que serão abordados: Geografia, Solos, Climas, Vegetação, Pastagens, Produção de Carne e de Leite, Sanidade do Animal em Pastoreio. Técnicos estrangeiros, visando a uma comparação experimental, também apresentarão trabalhos diretamente ligados ao problema de pastagens, suas consequências e derivações. Após a realização das conferências, visando proporcionar aos congressistas a oportunidade de apreciarem de perto as variadas condições ecológicas das diversas regiões brasileiras, foram programadas duas excursões. Nessas excursões, além da apreciação ecológica, "in loco", pelos técnicos estrangeiros, serão focalizados problemas específicos de cada região e visitados diversos estabelecimentos oficiais e particulares, onde os congressistas tomarão conhecimento de ensaios e experimentos com pastos, plantas, forrageiras, raças de gato para corte e leite, engorda extensiva de bovinos etc. Desta forma, serão visitadas as cidades paulistas de Campinas, Nova Odessa, Piracurungá, São Carlos, Matão, Sertãozinho, Pitangueiras, Guararapes, Rancheira e Salto Grande. Nessas localidades além de verificarem as condições ecológicas, os técnicos visitarão o Centro de Nutrição Animal de Nova Odessa, o Instituto de Zootecnia e as Indústrias Pecuárias de Piracurungá, a Fazenda Regional de Criação de São Carlos, a Fazenda Jangada de Guararapes, e a Fazenda King Ranch em Salto Grande. Com referência a outros Estados Brasileiros estão previstas visitas ao Rio Grande do Sul, Pernambuco e Alagoas. No Rio Grande do Sul serão visitados a Fazenda Santa Clara em Vacaria, a Faculdade de Agronomia e Veterinária, em Porto Alegre, o Instituto Agrônomico do Sul, em Pelotas, a Fazenda Experimental 5 Cruzes e a Estância da Luz, em Bagé. Nos Estados de Pernambuco e Alagoas os técnicos visitarão a Universidade Rural, o Instituto de Pesquisas Agro-Pecuárias e o Museu de Açúcar, em Recife, a Fazenda Experimental de São Bento do Una e os recursos forrageiros da região, em São Bento do Una, a companhia Hidro-Elétrica de Paulo Afonso e sua cachoeira, e farão observações sobre as regiões forrageiras das cidades de Garanhuns e Batalha.

# ATOS LEGISLATIVOS

LEI N. 8.521, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a fixação de efetivo da Guarda Civil de São Paulo e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — A Guarda Civil de São Paulo, diretamente subordinada ao Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, terá, para a execução dos serviços que lhe compete, o efetivo de 15.000 (quinze mil) homens, distribuídos pelos Quadros abaixo:

- I — Quadro do Serviço de Policiamento
  - 6 (seis) Inspetores Chefes Superintendentes
  - 15 (quinze) Inspetores Chefes de Agrupamentos
  - 56 (cinquenta e seis) Inspetores Chefes de Divisão
  - 161 (cento e sessenta e um) Inspetores
  - 340 (trezentos e quarenta) Subinspetores
  - 1.294 (mil duzentos e noventa e quatro) Guardas Civis de Classe Distinta
  - 1.438 (mil quatrocentos e trinta e oito) Guardas Civis de Classe Especial
  - 2.444 (dois mil quatrocentos e quarenta e quatro) Guardas Civis de 1.ª Classe
  - 4.072 (quatro mil e setenta e dois) Guardas Civis de 2.ª Classe
  - 4.884 (quatro mil, oitocentos e oitenta e quatro) Guardas Civis de 3.ª Classe
- Serviços Anexos
- II — Quadro da Banda de Música
  - 1 (um) Inspetor Chefe, Regente
  - 1 (um) Inspetor, Contramestre
  - 6 (seis) Subinspetores, Solistas
  - 50 (cinquenta) Guardas Civis de Classe Distinta, Músicos

- 50 (cinquenta) Guardas Civis de Classe Especial, Músicos
- 90 (noventa) Guardas Civis de 1.ª Classe, Músicos
- 10 (dez) Guardas Civis de 2.ª Classe, Músicos
- III — Quadro da Divisão de Saúde
  - 1 (um) Inspetor Chefe, Enfermeiro
  - 2 (dois) Inspetores, Enfermeiros
  - 3 (três) Subinspetores, Enfermeiros
  - 10 (dez) Guardas Civis de Classe Distinta, Auxiliares de Enfermagem
  - 12 (doze) Guardas Civis de Classe Especial, Auxiliares Hospitalares
  - 16 (dezesseis) Guardas Civis de 1.ª Classe, Auxiliares Hospitalares
  - 18 (dezoito) Guardas Civis de 2.ª Classe, Auxiliares Hospitalares
  - 20 (vinte) Guardas Civis de 3.ª Classe, Auxiliares Hospitalares
- Artigo 2.º — Os cargos de Guardas Civis de Classe Especial, Músicos ou Auxiliares Hospitalares, terão seus vencimentos ou salários enquadrados na referência numérica "35".
- Artigo 3.º — Vetado.
- Artigo 4.º — Ficam subordinados à Superintendência Geral do Policiamento (S.G.P.), para efeito de serviço policial, os seguintes órgãos:
  - 4 (quatro) Superintendências de Agrupamentos (S. Ag.)
  - 13 (treze) Agrupamentos de Divisões (Ag. D.)
  - 19 (dezenove) Divisões de Policiamento da Capital (D.R.)
  - 4 (quatro) Divisões de Trânsito (D.T.)
    - 1 (uma) Divisão de Serviço Motorizado de Trânsito (D.S.M.T.)
    - 1 (uma) Divisão de Proteção a Esclares e Pedestres (D.P.E.P.)
    - 6 (seis) Divisões de Rádio Patrulha (D.R.P.)
    - 2 (duas) Divisões de Divertimentos Públicos (D.D.P.)
    - 2 (duas) Divisões de Policiamento em Repartições Públicas (D.P.R.)
  - 1 (uma) Divisão de Guarnições (D.G.)
  - 1 (uma) Divisão de Pessoal Interpretate (D.P.I.)
  - 1 (uma) Divisão de Segurança e Fiscalização Fazendária (D.S.F.F.)